



A NOBREZA CASTELHANO-LEONESA NA CRÓNICA DE ALFONSO X

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3487

Luiz Augusto Oliveira Ribeiro, UEM
Jaime Estevão dos Reis, UEM

Resumo

A Crónica de Alfonso X, elaborada por volta de 1344, além de narrar os fatos e documentar o reinado do monarca, retrata o conflito estabelecido entre o rei e parte da nobreza castelhana entre 1272/1273. As motivações relacionam-se às possíveis perdas de privilégios dos nobres em face da implantação dos novos códigos jurídicos impostos por Alfonso X (1252-1284). Esta comunicação tem por objetivo compreender como a imagem desta nobreza revoltosa foi esboçada na Crónica. Sabe-se que o cronista utilizou-se de documentos recuperados da chancelaria real, principalmente cartas e petições trocadas com o monarca durante a revolta nobiliária. Metodologicamente, o trabalho com crônicas medievais exige do pesquisador os cuidados inerentes às fontes escritas, mas tem suas particularidades definidas, principalmente no que diz respeito ao momento de elaboração, autoria e intencionalidade presente na obra. A leitura da Crónica de Alfonso X, permite ao pesquisador entender o contexto castelhano-leonês da segunda metade do século XIII, bem como as motivações que levaram os nobres, vinculados ao rei pelos laços de vassalagem, oporem-se ao monarca e ao seu projeto político e econômico.

Palavras Chave:

Crônica; Alfonso X;
Nobreza.

Introdução

Escrita por volta de 1344, a *Crónica de Alfonso X* é uma fonte importante para compreender dois contextos específicos da realidade castelhana na Idade Média. O primeiro deles tem relação direta com o momento sobre o qual o cronista se dispõe a escrever, o século XIII, mais especificamente o reinado de Alfonso X (1252-1284), sobretudo a revolta dos nobres de 1272 e 1273, episódio longamente narrado e documentado na crônica.

O segundo contexto que o documento tem relação direta, é o de elaboração. O século XIV, sob o reinado de Alfonso XI (1311-1350), foi um momento delicado nas relações sociais entre o monarca e sua nobreza. Atualmente, sabe-se que o monarca em Castela, neste momento, enfrentava ainda muitos problemas de ordem política, econômica e social com a nobreza principalmente advindos da diminuição da atividade da Reconquista, assistindo ainda durante o reinado de Alfonso X¹.

Compreender estes dois contextos é fundamental para a análise da ideia/ conceito de nobreza dentro da *Crónica de Alfonso X*, uma vez que expõem as intencionalidades do cronista e do

monarca que o contratou. Objetivamos, portanto, refletir acerca da nobreza castelhana-leonesa a partir das narrativas do cronista no século XIV e dos documentos recuperados na *Crónica* para compor a seção² responsável por registrar a revolta dos nobres em 1272/1273.

Primeiramente, faremos uma breve discussão teórica sobre o trabalho com as crônicas medievais, suas características e particularidades. Além disso, dedicaremos essa parte inicial para apontar as características específicas da *Crónica de Alfonso X*. Em seguida, analisaremos a documentação, relacionando-a com a historiografia espanhola sobre a nobreza medieval para pensar a elaboração do conceito de nobreza.

História e historiografia: algumas considerações teórico-metodológicas

O trabalho com crônicas medievais nos permite pensar a relação entre a história e a historiografia. Ao resgatar a ideia de História para o homem medieval percebe-se a preocupação em registrar os fatos e garantir para a posteridade relatos históricos sobre os ocorridos, principalmente, aqueles dignos de registro (GUENÉE, 2006, p. 526).

¹ O fim da Reconquista acontece somente por volta de 1492 com a tomada de Granada, mas a diminuição da atividade de conquistas na Península Ibérica fez com que os privilégios e concessões à nobreza também cessassem. Para mais discussões acerca da Reconquista ver: GARCIA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen*, n° 6 (2009), pp. 149-215 Disponível em: https://www.durango-udala.net/portaldurango/RecursosWeb/DOCUMENTOS/1/3_1945_7.pdf Acessado em: 11/12/2016.

² Manuel González Jiménez, ao editar e publicar a *Crónica de Alfonso X* faz uma divisão em seções do documento. Segundo o autor, há no documento quatro sessões distintas: na primeira delas o autor busca mapear o início do reinado de Alfonso X e

a organização econômica do reino, mas apresenta inúmeros problemas cronológicos e de itinerários de viagens do monarca; na segunda seção, a mais documentada o cronista recupera as cartas e petições trocadas entre os nobres e o monarca durante a revolta dos nobres de 1272/1273; a terceira seção volta a apresentar problemas cronológicos, mas busca narrar o fim da revolta dos nobres; e, por fim, a quarta seção na qual o cronista segue com os problemas cronológicos mas busca narrar o fim do reinado de Alfonso X e, brevemente, o que se dá em sua sucessão. Ver: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. *Una nueva edición de la Crónica de Alfonso X*. 2000. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_2000_num_23_1_918 Acessado em: 21/12/2012.

Se até o século XIII, a História era narrada em um gênero muito específico, a partir desse momento a crônica medieval ganhou espaço entre aqueles que se propunham narrar os fatos e passou a ser a principal ferramenta destes registros. Os autores, que em sua maioria tinham outras obrigações, ou seja, não eram apenas historiadores, por vezes se colocavam dentro da narrativa expondo detalhes importantes da elaboração e suas intencionalidades, como é o caso dos prólogos.

[...] com mais frequência do que se poderia imaginar, o autor aparece na narrativa e, sobretudo, cuida de dizer, em um Prólogo, quais foram suas metas e métodos. Esses prólogos dos historiadores foram por muito tempo negligenciados. Via-se aí apenas um punhado de lugares-comuns, de que se podia até dispensar a leitura e publicação. Na verdade, só o estudo atento dos prólogos permite perceber a que ponto a obra histórica era uma construção consciente. Graças a eles, vê-se bem melhor o que era a história para os historiadores e como a fizeram (GUENÉE, 2006, p. 526).

A figura do autor, ou seja, do historiador medieval é fundamental para a compreensão das suas intencionalidades. Os prólogos tem demonstrado aos historiadores, como afirma Bernard Guenée, que as motivações para a elaboração das crônicas medievais são de ordem política, econômica, social e/ou apenas histórica.

Segundo Jacques Le Goff em *História e Memória*, pensar a História não deve se limitar apenas à narrativa histórica profissional, mas abranger-se a todo um conjunto de fenômenos que constituem uma “cultura histórica”. Esse conceito apresentado por Le Goff é determinante quando analisamos as elaborações das crônicas na Idade Média, uma vez que elas são constituídas por uma “mentalidade histórica da época” (LE GOFF, 1996,

p.48).

Leonardo Funes (1997), ao discutir a crônica medieval como objeto de estudo, chama a atenção para o que ele denominou de “campo fenomênico” responsável por constituir o documento enquanto uma fonte a ser analisada. Segundo autor, a narrativa cronística por si não se constitui objeto da História, mas é sua relação com o meio no qual vai ser pesquisada e nas interações com o pesquisador que se constitui um documento histórico (FUNES, 1997, p. 123).

História e historiografia, neste caso, se entrelaçam. As discussões sobre o trabalho com as crônicas medievais tem evidenciado o gênero como histórico e, portanto, considera a narrativa da crônica medieval como um discurso sobre um determinado tempo.

Com uma estrutura muito bem definida, a crônica medieval apresenta características comuns. Um relato organizado ano a ano, em sua maioria, de reinados de um monarca que se preocupa em narrar os principais atos políticos do rei, bem como sua relação com aqueles que o cercam. Marcela Lopes Guimarães aponta, no entanto, outra questão importante: a relação da crônica medieval com o campo da literatura.

A crônica histórica tardo-medieval é uma realização discursiva narrativa, construída a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã, retomada e recriada por seus cultores, com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade. Ela foi geral ou particular, construída à volta de um reinado ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo (com exemplos e contra-exemplos) para a sociedade política. Ora, ao afirmar ser a crônica um texto narrativo, isso significa que seu estudo inclui elementos como foco, espaço, tempo, personagens, enredo,

figuras e intertextualidade que, dentre mais componentes, interessam aos Estudos Literários (GUIMARÃES, 2012, p. 70).

A inter-relação entre as duas áreas do conhecimento apresentada por Marcela Lopes Guimarães traz ao pesquisador do medievo um maior compromisso com o trato das crônicas medievais como fontes de pesquisa. Considerar o texto cronístico como uma produção narrativa ligada à literatura faz com que o historiador não só reconheça a importância da análise dos elementos apresentados pela autora, como também insere a necessidade de sempre questionar sobre as intencionalidades e o compromisso do cronista com aquilo que ele considera “verdade”.

Ao historiador não cabe averiguar essa intenção de verdade do cronista ao narrar os fatos, mas compreender o texto narrativo das crônicas medievais como objeto dos Estudos Literários e também da História. Cabe analisar o documento como “[...] relato, como um relato que se postula histórico, como forma de conhecimento, como produção ideológica”³ (FUNES, 1997, p. 143).

A *Crónica de Alfonso X*, elaborada por volta de 1344, tem também em seu prólogo a justificativa do cronista em narrar os feitos dos reis para preencher lacunas históricas da coroa de Castela (CAX, 1998, p.3). A partir disso, evidencia-se, portanto, as características apontadas por Leonardo Funes no trecho acima citado, a *Crónica* se postula histórica e como elaboração de um conhecimento diretamente ligado à Coroa.

Ora, se já evidenciamos esses

dois elementos apenas pelo prólogo do documento e a apresentação da intencionalidade do autor, quando nos debruçamos sob o contexto de elaboração e sobre as figuras envolvidas na contratação do cronista percebemos o terceiro elemento, o de uma produção ideológica.

Elaborada durante o reinado de Alfonso XI (1311-1350), a *Crónica de Alfonso X* mais do que narrar e registrar os feitos reais tinha por objetivo legitimar uma quebra na linhagem sucessória do trono da coroa de Castela, motivada pela morte do infante herdeiro de Alfonso X, Fernando de La Cerda, o que fez assumir o trono o segundogênito do rei Sábio, Sancho IV, apoiado pela nobreza castelhano-leonesa⁴.

O contexto de elaboração da crônica é extremamente tomado pelas disputas de poder e pelas relações e embates entre o rei e os nobres, a busca pela centralização do poder, já iniciada no reinado de Fernando III (1217 – 1252) ainda é presente um século depois. O ordenamento da escrita da *Crónica*, além de preencher lacunas históricas, representa uma busca por legitimação de poder, além de apresentar também um caráter propagandístico do perfil real, bem como a elaboração de um perfil de nobre.

A nobreza castelhano-leonesa segundo a *Crónica de Alfonso X*: um perfil ideal

Ao pensar a nobreza castelhano-leonesa durante a Idade Média, sobretudo durante o reinado de Alfonso X (1252-1284) se faz importante retomar a historicidade desta nobreza que chegou a meados do século XIII fortalecida e estruturada política e socialmente.

³ “[...] relato, como relato que se postula como histórico, como forma de conhecimento, como producción ideológica” (FUNES, 1997, p. 143).

⁴ Para mais informações sobre a sucessão monárquica após a morte de Alfonso X ver:

PIZARRO DIAS, Nuno. O dilema de Alfonso X. *Revista da Faculdade de Letras*. História, série II, vol. 15, nº. 2, 1998, p. 1345-1360. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4061.pdf> f Acessado: 08/02/2013.

As relações entre o monarca e a nobreza em Castela até o século XIII esteve ligada às questões da política de Reconquista. O rei precisava do apoio militar dos nobres para conquistar e manter as fronteiras, em troca, a nobreza recebia uma série de privilégios e concessões territoriais, o que permitiu um desenvolvimento muito particular da nobreza castelhana.

Leopold Génicot (2006, p. 283) pontua que a partir do ano mil, a Europa assistiu ao que ele denominou de “divisão da autoridade pública e do desenvolvimento da economia”, em outras palavras, divisão do poder. A fragmentação do poder motivada, principalmente, pelas concessões territoriais e jurídicas feitas pelos monarcas fortaleceu a nobreza e deu a ela um *status* político-jurídico de autonomia. Ao final da Idade Média a nobreza apresenta traços comuns:

[...] independência das estruturas que controlam o resto da população e dos encargos que pesam sobre ela, participação na vida pública, exercício da profissão das armas realizado a cavalo e no comando de um grupo, fortuna fundiária, transmissão hereditária do estatuto (GÉNICOT, 2006, p. 288-289).

Estas características assumidas pela nobreza ao longo do período medieval são frutos das relações com a monarquia. A nobreza castelhana-leonesa passou a tomar consciência de seu poder por volta do século XII, como afirma Joseph O’Callaghan:

Em meados do século XII a nobreza havia tomado consciência de seu status, direitos e privilégios. Por influência do feudalismo, os

grandes personagens do reino estavam unidos ao rei por vínculos de vassalagem e, em troca, tinham muitos subordinados em condição de vassallos⁵ (O’CALLAGHAM, 1999, p. 95).

Evidenciamos, portanto, que a partir do século XII, consciente de seu poder e seus privilégios, uma nova configuração política da nobreza estava colocada na Coroa de Castela. Foi esta nobreza detentora de autonomia jurídica e de importantes posses territoriais que enfrentou Alfonso X (1252-1284) e constituiu a elaboração do cronista acerca da ideia de nobre em Castela no século XIII.

O cronista, preocupado em narrar os feitos reais na *Crónica de Alfonso X* tem seu foco narrativo nas ações e viagens do monarca, no entanto, é possível estabelecer alguns parâmetros de análise sobre o perfil do nobre que é construído no documento. A primeira menção à nobreza castelhana no documento tem por objetivo demonstrar que o monarca buscou consolidar uma relação política amigável com a nobreza, oferecendo-lhes privilégios em troca de futuros apoios, nas palavras do cronista:

E como quer que os ricos homens, cavaleiros, infantes e homens fidalgos de seus reinos vivam em paz e em sossego com ele, mas ele, com grandeza de coração e para ter mais certezas para seu serviço quando houvesse necessidade, adicionou as quantias muito mais do que teriam naquele tempo do rei dom Fernando, seu pai, e além das rendas deu a alguns deles mais terras do que tinham e a outros que estavam ali que não tinham, deu terras também⁶ (CAX, 1998, p.7).

5 “A mediados del siglo XII la nobleza había tomado ya conciencia de su status, derechos y privilegios. Por influencia del feudalismo, los grandes personajes del reino estaban unidos al rey por vínculos de vasallaje y, a cambio, tenían

muchos subordinados en condición de vassallos” (O’CALLAGHAM, 1999, p. 95).

6 “Et commo quier que los ricos omnes e caualleros e infançones e omnes fijosdalgo de los sus reynos beuían en paz e en sosiego con él, pero él, con grandeza de corazón et por los tener más

O cronista preocupa-se em narrar a “bondade” de Alfonso X (1252-1284) em oferecer aos nobres ainda mais quantias em dinheiro e terras. Este trecho da *Crónica* comprova a necessidade de legitimar o poder real, bem como, de revelar aos nobres do século XIV e posteriores, o quanto os monarcas castelhano-leoneses foram gentis e contribuíram para o crescimento social dos nobres. A esta altura, no início do reinado de Alfonso X,

[...] a nobreza era reconhecida como um dos três “estados” do reino. Formavam parte, junto com os bispos e os cidadãos, presididos todos pelo rei, do corpo político. [...] A função principal da nobreza era defender o reino e aconselhar o rei, a quem devia amar e honrar por sua nobreza e honra de suas cortes e de seus reinos (Partidas, 2, 10, 3). Sua coesão, baseada em interesses comuns e nos laços de sangue, lhes permitiu tomar consciência de sua força como grupo e se converter em uma ameaça formidável para a monarquia⁷ (O’CALLAGHAM, 1999, p. 95-96).

Esta atuação política dentro da Coroa de Castela é evidenciada ainda no primeiro capítulo da *Crónica* citado anteriormente. A necessidade de coexistência dos dois principais poderes na Idade Média, fez com que o monarca buscasse manter uma relação de confiança e de manutenção dos direitos, ainda que apenas inicialmente.

ciertos para su seruiçio quando los ouiese menester, acrescentóles las quantías mucho más de quanto las tenían en tienpo del rey don Ferrando su padre, et otrosy de las sus rentas dio a algunos dellos más tierras de las que tenían et a otros que fasta allí non las tenían dióles tierras de nueuo” (CAX, 1998, p. 7)

⁷ “[...] la nobleza era reconocida como uno de los tres “estados” del reino. Formaban parte, junto con los obispos y los ciudadanos, presididos todos por el rey, del cuerpo político.[...] La función principal de la nobleza era defender al reino y aconsejar al rey, quien debía amarles y honrarles *porque son nobleza y honra de sus cortes e de*

As relações entre o monarca e a nobreza não foram fundamentalmente política. As questões militares, por vezes, se sobressaíram e exigiram que acordos fossem firmados entre estas duas forças. Segundo o cronista,

[...] este rei dom Alfonso, tendo a guerra intensificada com os mouros e estando com ele todos os conselhos, porque o haviam enviado, houve acordo no qual faria guerra aos mouros e todos lhe aconselharam que fosse logo destruir as terras do rei de Granada e que ele causasse o maior dano que pudesse⁸ (CAX, 1998, p.34).

A denominada “nobreza velha” aliada às estruturas políticas do reino buscava manter seus domínios, fortalecer-se militarmente e garantir cargos na dinâmica política e social da Coroa (MOXÓ, 2000, p. 255) a fim de buscar uma permanência neste *status* diferenciado conquistado até o século XIII. Apesar disso, o que a *Crónica* mostra em sua narrativa é uma nobreza que não está contente com sua situação política e econômica. Apesar da insatisfação,

[...] quando a nobreza se levantou contra Alfonso X em 1272 ainda estava muito longe de ser excluída do poder, o fortalecimento das instituições em benefício do rei não a havia perturbado; se adaptava muito bem às tendências absolutistas, sempre e quando esta não fora dirigido contra ela, nem contra as cidades, e pudera

sus regnos (Partidas, 2, 10, 3). Su cohesión, basada en intereses comunes y en los lazos de sangre, les permitió tomar conciencia de su fuerza como grupo y convertirse en una amenaza formidable para la monarquía. (O’CALLAGHAM, 1999, p. 95-96).

⁸ “[...] este rey don Alfonso, auiedo la guerra tanto afincada con los moros e seyendo con él todos los conçejos por que auía enbiado, ouo su acuerdo en qual manera faría guerra a los moros e todos le consejaron que fuese luego talar la tierra del rey de Granada e quel fiziese el mayor danno que podiese” (CAX, 1998, p.34).

controlá-lo⁹ (GERBET, 1997, p. 123).

O problema com a nobreza, segundo a *Crónica*, se iniciou quando o grupo se sentiu afetado pelas políticas centralizadoras do monarca. O que afetava diretamente a nobreza, portanto, era a limitação de seu poder (CAX, 1998, p. 60). Essa informação esclarece um pouco mais a ideia de nobreza segundo o documento, que era consolidada politicamente e que gozava de privilégios, mas que a medida em que deixou de ser beneficiada pelo monarca, levantou-se contra ele em nome da manutenção de seu poder.

Mas então, qual o perfil de nobreza que o cronista constrói a partir de sua narrativa? Antes de respondermos a este questionamento central é importante lembrar que uma das intencionalidades do autor é demonstrar a ineficácia da política alfonsina, suas dificuldades em dialogar com a nobreza e de colocar seu projeto centralizador em prática. Quanto à nobreza o cronista, direta ou indiretamente, elabora a ideia de uma nobreza que atrela-se ao inimigo, quando estabelece alianças com os mouros para enfrentar Alfonso X (1252-1284). No entanto,

As conseqüências com o exílio dos nobres poderiam ser trágicas, porque interrompiam não só o sonho imperial de Alfonso X e também simbolizavam uma ameaça de guerra contra o inimigo da fé cristã, o rei muçulmano de Granada, Muhammad I. Os nobres não esperavam que a viagem à Granada ocorresse de fato, apesar de considerar o apoio importante. Dessa forma, com a saída do reino de Castela, a possibilidade de um exílio em Granada tornou-se realidade, mas teve implicações legais sobre os acordos firmados

com o monarca granadino (RIBEIRO, 2017, p. 103-104).

Além das intencionalidades de preencher lacunas históricas, como já mencionada, e de mostrar a ineficácia política de Alfonso X, o cronista está envolto em uma questão de seu tempo: a dificuldade que Alfonso XI (1311-1350) encontra para empreender o projeto centralizador iniciado por seu bisavô no século XIII e que motivou a revolta dos nobres.

Considerações finais

A *Crónica de Alfonso X*, como outros documentos medievais, apresenta interesses e intencionalidades, declaradas ou não. O trabalho teórico com as crônicas medievais nos permite compreender algumas dessas características e dos interesses do cronista ao elaborar sua narrativa.

Buscamos, neste texto, apontar a construção de um ideal de nobreza castelhano-leonesa atuante no reinado de Alfonso X (1252-1284), mas elaborado quase um século depois pelo cronista de Alfonso XI (1311-1350) em um contexto complexo no que diz respeito às relações entre o monarca e a nobreza fragilizada, que passou por uma série de problemas socioeconômicos desde o século XIII, com a diminuição da atividade da Reconquista.

Evidenciamos, portanto, uma nobreza que buscou garantir a manutenção de seus códigos, direitos e privilégios, conquistados em sua maioria por sua atividade militar e suas alianças com a monarquia ao longo do tempo.

Referências

CRÓNICA DE Alfonso X. (Ed.). Manuel González Jiménez. Murcia: Real Academia

⁹ [...] cuando la nobleza se alzó contra Alfonso X en 1272 estaba aún muy lejos de ser excluida del poder; el fortalecimiento de las instituciones en beneficio del rey no la había perturbado; se

adaptaba muy bien a las tendencias hacia el absolutismo, siempre y cuando éste no fuera dirigido contra ella ni contra las ciudades, y pudiera controlarlo (GERBET, 1997, p. 123).

Alfonso X el Sabio, 1998.

FUNES, Leonardo. Las Crónicas como objeto de estudio. **Revista de poética medieval**, 1, p. 123-144, Buenos Aires: 1997. Disponível em:

<http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/4285/Las%20Cr%C3%B3nicas%20como%20Objeto%20de%20Estudio.pdf?sequence=1>

Acessado em: 19/04/2014.

GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media**: siglos XI-XV. Madrid: Alianza, 1997.

GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. I. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 523 – 536.

GÉNICOT, Leopold. Nobreza. IN: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. II. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 279-291.

GUIMARÃES, Marcela Lopes. Crônica de um gênero histórico. **Revista Diálogos**

Mediterrânicos – Número 2 – Maio/2012, p. 67-78. Disponível em:

<http://dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM.../23/65> Acessado: 17/01/2013.

LE GOFF, Jacques. História. In: _____. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

O'CALLAGHAN, J. **El Rey Sabio**: el reinado de Alfonso X de Castilla. Sevilla, Universidade de Sevilla, 1999.

PIZARRO DIAS, Nuno. O dilema de Alfonso X. **Revista da Faculdade de Letras**. História, série II, vol. 15, nº. 2, 1998, p. 1345-1360. Disponível em:

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4061.pdf> Acessado: 08/02/2013.

RIBEIRO, Luiz Augusto Oliveira. **Rei versus nobreza**: a revolta nobiliária de 1272/1273 na *Crônica de Alfonso X*. Dissertação de mestrado. Maringá, 2017.